



PARECER TÉCNICO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO Nº 003/2025-CI/CMP

ORIGEM: PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 034/2024-CL/CMP

PROCEDIMENTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-CL/CMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2024-CL/CMP
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 020/2024-CL/CMP

INTERESSADO(S): LICITAÇÃO REVOGADA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS DO TIPO SPLIT, BEM COMO BEBEDOUROS, GELADEIRAS E FRIGOBAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS.

EMENTA: 1. DO RELATÓRIO, 2. DA ANÁLISE PRELIMINAR, 3. DA MODALIDADE ADOTADA, 4. DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL, 5. DA PUBLICAÇÃO E PRAZOS, 6. DO JULGAMENTO, 7. DOS FATOS, 8. DA CONCLUSÃO.

1. DO RELATÓRIO

- 1.1. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, em concordância com as atribuições atípicas do cargo de Controlador Interno da Câmara Municipal de Parintins disponibilizadas na Lei Complementar nº 010/2011-CMP e alterada pela Lei Complementar nº 025/2019-PGMP, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, e ainda considerando, finalmente, a necessidade de disciplinar a composição dos processos de prestação de contas anual deste poder Legislativo Municipal.
- 1.2. Apontam a esta Controladoria Legislativa o referido Processo Administrativo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em cujo despacho requer análise e parecer técnico acerca dos atos realizados pela Pregoeira e equipe de Apoio da Comissão de Licitação, que versa sobre o "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS DO TIPO SPLIT, BEM COMO BEBEDOUROS, GELADEIRAS E FRIGOBAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS", constantes no Termo de Referência e seus anexos.

2. DA ANÁLISE PRELIMINAR





- 2
- 2.1. Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer, importante frisar que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante a Administração Pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo Tribunal de Contas que forem vinculados.
 - 2.2. A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no artigo 74 da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

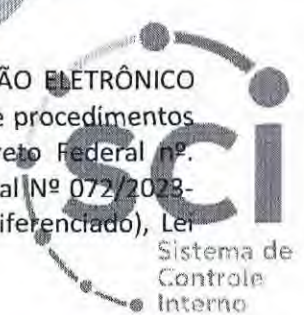
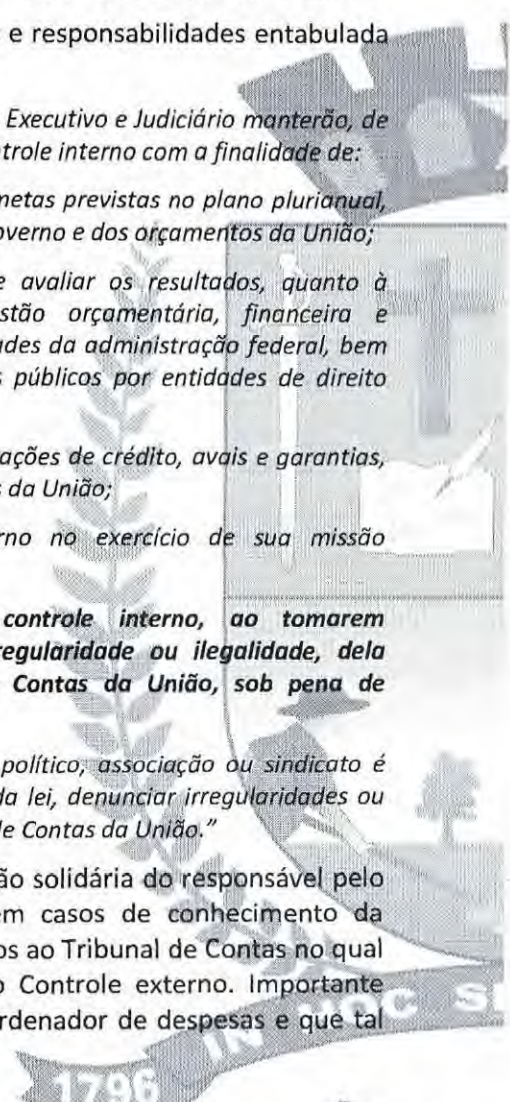
§1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

- 2.3. Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo. Importante também destacar que o Controlador Interno não é o ordenador de despesas e que tal atribuição se restringe ao gestor.

3. DA MODALIDADE ADOTADA

- 3.1. A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, devendo observar as normas e procedimentos contidos nos termos previstos nas Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, Lei Complementar nº 004/2008-PGMP (institui o tratamento diferenciado), Lei





Complementar nº 007/2010-PGMP (regulamenta o tratamento diferenciado) e Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990, e demais normas pertinentes.

4. DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL

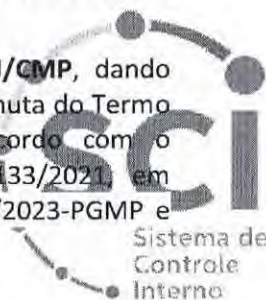
4.1. Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

- a) Foi adotada a **FORMA ELETRÔNICA** para o processo administrativo licitatório de acordo com o estabelecido no Artigo 12º, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Foi certificado que o objeto da contratação, durante a análise e inspeção processual por essa controladoria, está contemplado no **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA**, de acordo com o estabelecido no Artigo 12º, inciso VII, § 1º, Artigos 18º, inciso XI, alínea II, Artigo 40º da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua publicação, deverá constar, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de acordo com o Artigo 174º, §2º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>;
- c) Foi certificado a existência do **TERMO DE ABERTURA** do processo, devidamente autuado, protocolado e numerado;
- d) Foi certificado a existência das **PORTARIAS** que designa Agente de Contratação, Pregoeiro Titular e membros da equipe de apoio para atuarem nas diversas modalidades de licitações, de acordo com o estabelecido no Artigo 8º, em consonância com o § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;
- e) Foi certificado a existência do sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação, contemplado no **CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO - CEP**, de acordo com o estabelecido no Artigo 6º, inciso LI, Artigo 19º, incisos II, V, § 2º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua publicação no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, no link <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>;
- f) Foi certificado a existência da **SOLICITAÇÃO** da Secretaria Administrativa - SEAD através de Memorando Interno protocolado junto ao Gabinete da Presidência - GP;
- g) Foi certificado a existência do **DESPACHO PRÉVIO** do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Parintins, autorizando a abertura do processo administrativo licitatório e sua tramitação nos setores competentes, e acordo com o estabelecido nos Artigos 12º e 18º da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigo 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- h) Foi certificado a existência do **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS – DFD**, de acordo com estabelecido no Artigo 12º, inciso VII, e Art. 21, incisos I do Decreto Federal nº 3.555/2000;





- i) Foi certificada a existência do documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, contemplado no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**, de acordo com o estabelecido no Artigo 6º, inciso XX, Artigo 18º, incisos I e XI, § 1º, XIII, § 2º e 3º, Artigo 21º e Artigo 25º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- j) Foi certificado a existência da **MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CONSUMO** do objeto a ser licitado, como **ANEXO I** do **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP** elaborado pela Secretaria Administrativa – SEAD;
- k) Foi certificado a existência do **ORÇAMENTO ESTIMADO – PESQUISA DE MERCADO**, a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, apresentada justificativa da escolha desses fornecedores, com as composições dos preços utilizados para sua formação, ou a pesquisa através do painel de preços e/ou banco de preços e a **PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS**, como referência ao preço médio praticado no mercado local, de acordo com o estabelecido no Artigo 18º, inciso IV, Artigo 23º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigo 26 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP;
- l) Foi certificado a existência da **ANÁLISE DOS RISCOS** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, de acordo com o estabelecido no Artigo 18º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigo 8º, § 1º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP;
- m) Foi certificada a existência do **TERMO DE REFERÊNCIA** e seus devidos anexos, aprovado pela presidência, de acordo com o estabelecido no Artigo 6º, inciso XXIII, Artigo 40º, § 1º, alíneas I, II e III, Artigo 41º, Artigo 72º, inciso I, e Art. 21, incisos I e II do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- n) Foi certificada a existência do Memorando da Secretaria Financeira informando os recursos destinados na **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, de acordo com o estabelecido no Artigo 18º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigo 21, inciso IV do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- o) Foi certificada a existência do memorando da Comissão de Licitação enviando os autos e os documentos da fase preparatória, sendo à **MINUTA DO EDITAL** e seus Anexos para análise e emissão do Parecer Jurídico Prévio, de acordo com o estabelecido no caput do Artigo 25º e Artigo 53º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigos 17º e 18º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Art. 21, inciso IX, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- p) Foi certificada a existência do **PARECER JURÍDICO Nº 042/2024-AJ/CMP**, dando ciência que foram analisadas as minutas do Edital e seus Anexos, e Minuta do Termo Contratual, quanto as suas legalidades previstas em Lei, de acordo com o estabelecido no Artigo 25º e Artigo 53º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigos 17º e 18º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Art. 21, inciso IX, do Decreto Federal nº 3.555/2000;





PARINTINS

CAMARA MUNICIPAL



- q) Foi certificada a existência do **DESPACHO** da Secretaria Administrativa retomando a instrução processual à Presidência, se assim entender conveniente, autorizar o pleito e tramitação dos autos aos demais setores para as providências legais cabíveis;
- r) Foi certificada a existência do **DESPACHO DECLARATÓRIO E AUTORIZATIVO** da Presidência ao Presidente da Comissão de Licitação para as providências legais cabíveis;
- s) Foi certificada a existência do **EDITAL DE LICITAÇÃO** composto das cláusulas e anexos, concernentes ao que prevê a legislação em vigor, devidamente analisado pelo setor jurídico atendendo os requisitos legais, de acordo com o estabelecido no Artigo 25º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigos 44º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Artigo 21, inciso VIII, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- t) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados foi efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação em diário oficial, assinado na data de 30 de dezembro de 2024, o **AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**, foi publicado no **PORTAL DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS**, <https://www.diariomunicipalaam.org.br/>, edição nº 3770, Ano XIV de 06 de janeiro de 2025, conforme estabelecido no Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- u) Foi certificada a existência da **CERTIDÃO DE PUBLICIDADE** expedida pela Secretaria Administrativa – SEAD, comprovando sua afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal de Parintins de acordo com o Artigo 54º, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- v) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados, concomitante, foi efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação e disponibilização de Edital de Licitação no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000.
- w) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados, concomitante, foi efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação e disponibilização de Edital de Licitação no **PORTAL LICITANET**, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000
- x) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados, concomitante, foi efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação e disponibilização de Edital de Licitação no **PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)**, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei

DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 28.01.2025 - 09:21:35 - DIEILSON CANTO BRELAC - CONTROLADOR INTERNO



Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000.

- y) Foi certificada a existência do **RELATÓRIO DE LANCES** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 17º, inciso III, Artigo 55 e Artigo 56, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Lances do Processo.

- z) Foi certificada a existência dos **RELATÓRIOS DE ATA FINAL** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 17º, § 2º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Completo;

II – Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Lances;

III – Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Resumido;

IV – Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Complementar(es);

V – Extrato da Ata.

- aa) Foi certificada a existência dos **RELATÓRIOS DE FORNECEDORES** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 165º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Inabilitados do Processo;

II – Desclassificados do Processo;

- bb) Foi certificada a existência dos **RELATÓRIOS DE RECURSOS DO PROCESSO** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 164º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Recursos do Processo a) Razão e Contra Razão das Licitantes; b) Manifestação da Pregoeira e c) Decisão do Presidente;

II – Lista Cadastro Reserva;

- cc) Foi certificada a existência dos **RELATÓRIOS PARCIAIS DE DISPUTA** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 165º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Resultado Parcial da Disputa;

II – Classificação da Disputa;

III – Valor Acima do Orçado;

- dd) Foi certificada a existência dos **RELATÓRIOS PARCIAIS DOS VENCEDORES** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 165º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Vencedor(es) do(s) Lote(s) / Item(ns);

II – Lote(s) Cancelados ou Não Adjudicados;

III – Lotes Adjudicados;

IV – Relatório de Revogação de Processo.





ee) Foi certificada a existência da **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS DE PREÇOS** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 17º, inciso III, Artigo 55 e Artigo 56, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Proposta Inicial do Fornecedor (Cadastrada):

- **RAIFRAN B DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.049.865/0001-12**.
- **N DA C BRITO REFRIGERAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº. **09.157.080/0001-68**.
- **ANDRÉ ALBUQUERQUE CANTO DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob nº. **16.869.732/0001-52**;
- **SELF BRASIL SOCUÇÕE SLTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.628.686/0001-30**.
- **LACHI ENGENHARIA E PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **32.953.348/0001-90**.

II – Proposta Comercial Apresentada (Participantes):

- **RAIFRAN B DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.049.865/0001-12**.
- **N DA C BRITO REFRIGERAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº. **09.157.080/0001-68**.

III - Proposta Comercial Consolidada (Reformulada):

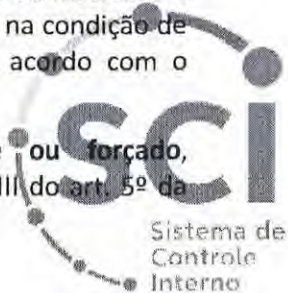
- **RAIFRAN B DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.049.865/0001-12**.
- **N DA C BRITO REFRIGERAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº. **09.157.080/0001-68**.

IV - Proposta Final do Processo:

- **RAIFRAN B DA SILVA**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.049.865/0001-12**.
- **N DA C BRITO REFRIGERAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº. **09.157.080/0001-68**.

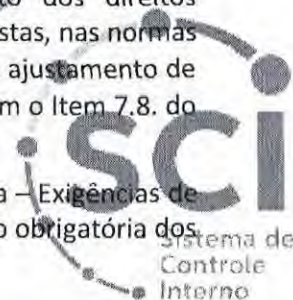
LICITANTE: RAIFRAN B DA SILVA, inscrita no CNPJ sob nº. 21.049.865/0001-12.

- ✓ Do edital: Item 3.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema - **DECLARAÇÃO ÚNICA** – Itens 3.4.1 a 3.4.7, que:
 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como **de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, de acordo com o referido edital.
 - **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, de acordo com o referido edital.
 - **não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, de acordo com o referido edital.





- **cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado** da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o referido edital.
 - ✓ Do edital: Item 3.6 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema - **DECLARAÇÃO ÚNICA** - que:
 - o **fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que **cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com o referido edital.**
- ff) Da **FASE DE JULGAMENTO**, e de acordo com o item 6.1 do edital, foi verificada se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.13 do edital, especialmente quanto à **EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- gg) Da **FASE DE HABILITAÇÃO**, de acordo com o item 7 do edital, fase em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos Artigos 62º ao 70º da Lei nº 14.133/2021, sendo:
- I – jurídica (Artigo 66º);
 - II – técnica (Artigo 67º);
 - III – fiscal, social e trabalhista (Artigo 68º);
 - IV – econômico-financeira (Artigo 69º).
- ✓ Do edital: Item 7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:
 - **DECLARAÇÃO** sob pena de desclassificação, de que **suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, de acordo com o Item 7.8, do referido edital.
- I. Quanto à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, item 7.9 do 7.10 ao 7.20, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:





Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Certidão Simplificada e Específica emitida pela junta comercial;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

- II. Quanto à **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, do item 7.21 ao 7.25, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município ou Pela Vigilância Sanitária Estadual. (Apresentação Inválida para o Certame).

- III. Quanto à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, do item 7.26 ao 7.35, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Apresentação Inválida para o Certame).

Alvará de Funcionamento da empresa licitante.

Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

Sistema de
Controle
Interno



administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade fiscal com a **Fazenda Estadual e/ou Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

- IV. Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, do item 7.36 ao 7.44, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

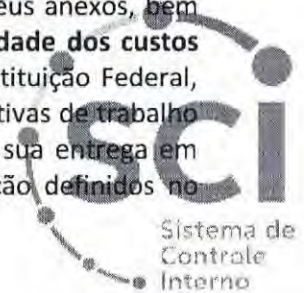
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis (termo de abertura e encerramento do livro diário, notas explicativas, termo de autenticação do livro diário) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), Índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILI) e Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IIPL) superiores a 1 (um); (Apresentação de Declaração Inválida para o Certame).

LICITANTE: **N DA C BRITO REFRIGERAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob nº. **09.157.080/0001-68**.

- ✓ Do edital: Item 3.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema - **DECLARAÇÃO ÚNICA** – Itens 3.4.1 a 3.4.7, que:
- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como **de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, de acordo com o referido edital.



DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 28.01.2025 - 09:21:35 - DIELSOON CANTO-BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO



- **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, de acordo com o referido edital.
- **não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, de acordo com o referido edital.
- **cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado** da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o referido edital.
- ✓ Do edital: Item 3.6 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema - **DECLARAÇÃO ÚNICA** - que:
- o **fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com o referido edital.

hh) Da **FASE DE JULGAMENTO**, e de acordo com o item 6.1 do edital, foi verificada se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.13 do edital, especialmente quanto à **EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

ii) Da **FASE DE HABILITAÇÃO**, de acordo com o item 7 do edital, fase em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos Artigos 62º ao 70º da Lei nº 14.133/2021, sendo:

- I - jurídica (Artigo 66º);
- II - técnica (Artigo 67º);
- III - fiscal, social e trabalhista (Artigo 68º);
- IV - econômico-financeira (Artigo 69º).

✓ Do edital: Item 7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:





- **DECLARAÇÃO** sob pena de desclassificação, de que **suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, de acordo com o Item 7.8. do referido edital.

- V. Quanto à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, item 7.9 do 7.10 ao 7.20, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Certidão Simplificada e Específica emitida pela junta comercial; (Não fez a Apresentação para o Certame).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva**.

- VI. Quanto à **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, do item 7.21 ao 7.25, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

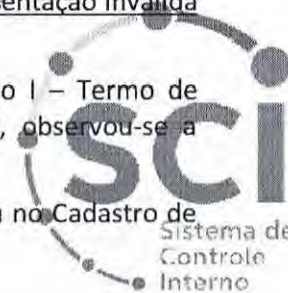
Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município ou Pela Vigilância Sanitária Estadual. (Apresentação Inválida para o Certame).

- VII. Quanto à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, do item 7.26 ao 7.35, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;





Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Alvará de Funcionamento da empresa licitante.

Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade fiscal com a **Fazenda Estadual e/ou Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

VIII. Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, Anexo I – Termo de Referência – Exigências de Habilitação, do item 7.36 ao 7.44, observou-se a apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis (termo de abertura e encerramento do livro diário, notas explicativas, termo de autenticação do livro diário) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), Índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILI) e Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) superiores a 1 (um); - Balço apresentado não corresponde ao último exercício, 2023, o Índice de Liquidez Seca (ILS) apresentado no balço de 2022 está abaixo de 1% e não foi comprovado. o Índice de Liquidez Seca (ILS) apresentado no balço de 2021 está abaixo de 1% e não foi comprovado.

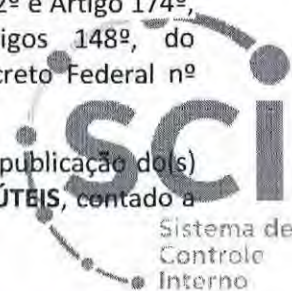




- jj) Consta nos autos a **JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO** expedido pela Pregoeira Titular, de acordo com o estabelecido no Artigo 71º, inciso II, § 2º e 3º do inciso IV e 165º, inciso I, alínea a) da Lei nº 14.133/2021;
- kk) Consta nos autos o **DESPACHO** expedido pela Pregoeira Titular retomando a instrução processual à Presidência, se assim entender conveniente, revogar o pleito e providências legais cabíveis; de acordo com o estabelecido no Artigo 71º, inciso II, § 2º e 3º do inciso IV e 165º, inciso I, alínea a) da Lei nº 14.133/2021;
- ll) Consta nos autos o **TERMO DE REVOGAÇÃO** expedido pelo Gabinete da Presidência - GP e o Extrato do Termo de Revogação e suas publicações, de acordo com o estabelecido no Artigo 71º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;
- mm) Consta nos autos a **CERTIDÃO DE PUBLICIDADE** expedida pela Secretaria Administrativa - SEAD, comprovando sua afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal de Parintins de acordo com o Artigo 54º, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- nn) Verificou-se nos autos que o **TERMO DE REVOGAÇÃO**, concomitante, foi publicado no **PORTAL DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS**, <https://www.diariomunicipalaam.org.br/> e no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000.
- 4.2. Observou-se que a Pregoeira e a equipe de apoio designada da Comissão de Licitação adotaram as seguintes Leis para embasamento licitatório:
- a) A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, devendo observar as normas e procedimentos contidos nos termos previstos nas Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, Lei Complementar nº 004/2008-PGMP (institui o tratamento diferenciado), Lei Complementar nº 007/2010-PGMP (regulamenta o tratamento diferenciado) e Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990, e demais normas pertinentes

5. DA PUBLICAÇÃO E PRAZOS

- 5.1. Foi certificada a existência do **AVISO DE LICITAÇÃO** e suas publicações, conforme estabelecido no Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigos 148º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Artigo 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- 5.2. Com relação aos prazos que se refere à modalidade adotada, entre a publicação do(s) aviso(s) e abertura do certame foi cumprido o prazo de **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, contado a





partir da publicação do aviso, conforme estabelecido no Artigo 55º, inciso II, alínea a), da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DO JULGAMENTO

- 6.1. No que tange aos julgamentos dos preços e documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foi observada, os preços estão dentro da média, os documentos de habilitação estão regularmente adequados às exigências do Edital. Visto posterior julgamento, que foram cumpridas todas as etapas seguintes, desde a Adjudicação, Homologação, Instrumento Contratual e suas devidas publicações.

7. DOS FATOS

- 7.1. Este Órgão de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Pregoeira e equipe de Apoio da Comissão de Licitação, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente.

8. DA CONCLUSÃO

- 8.1 Conclui-se que, a Pregoeira e a Equipe de Apoio da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Parintins, atenderam os requisitos das leis nas atividades realizadas, e sem nenhuma anormalidade, nota-se, que o procedimento licitatório não cumpriu seu objetivo, não tendo alcançado seu êxito na contratação;
- 8.2. Após o exame criterioso dos itens que compõem todo procedimento licitatório inicial e em consonância as constatações de desconformidades documentais atestadas pela Pregoeira e Equipe de Apoio, e considerando ainda os Pareceres Jurídicos Prévio, exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, quanto à regularidade do certame, entendo que o mesmo está de acordo com a legislação vigente;
- 8.3. Esta Controladoria se posiciona com **PARECER DESFAVORÁVEL**, ao atestar a veracidade das desconformidades documentais - itens necessários - *das fases e formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento e publicidade, estando INAPTO a gerar despesas para a municipalidade;*
- 8.4. Sendo estas as considerações finais, retoma-se os autos à Comissão de Licitação - CL para que os conduza ao setor competente e que procedam com os devidos procedimentos necessários.

É o parecer da Unidade de Controle Interno, Salvo Melhor Juízo.

Parintins/AM, 28 de janeiro de 2025.


DIELSON CANTO BRELAZ
Controlador Interno

Controladoria Interna da Câmara Municipal de Parintins
Portaria nº 014 /2019-CMP

